

Philippson: uma colônia judaica singular?¹

Philippson: a singular Jewish colony?

EVELYNE HEUFFEL

Ilustradora, realizou cursos em Artes Plásticas no *Centre des Arts Décoratifs*, de Bruxelas (Bélgica) e na Universidade de Paris 8 (França)

Traduzido do francês por Lucie Didio

Já ouviram falar de Filipson?² Um nome esquisito. Não parece brasileiro. Mas, dentro do Brasil imenso, constituía um pontinho minúsculo que ficava lá nas bandas do Sul, perdido no meio de diversas colônias prósperas, compostas, em sua maioria, de imigrantes espanhóis, italianos e alemães, e de uma ou outra fazenda de brasileiros. (ALEXANDR', 1967, p. 15)³

NUMA VISITA À ANTIGA COLÔNIA PHILIPPSON, SITUADA ATUALMENTE NO MUNICÍPIO de Itaara, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em novembro de 2007, diante das extensões daquelas terras hoje vazias, coloquei-me duas questões: O que levou esses judeus russos a parar logo aqui? Como foi a vida deles neste lugar? Guiada pela curiosidade, acabei descobrindo, em Santa Maria, em Porto Alegre e em Paris, documentos empoeirados que me permitiram responder a essas indagações.

Sob o título “Imigração israelita”, o jornal *O Estado*, da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, anunciava nas suas colunas, em 10 de agosto de 1904:⁴

Hoje, às 8 horas da manhã, chegaram a esta cidade, em trem expresso, os primeiros imigrantes destinados à colônia israelita Phelippson (*sic*), no Pinhal, neste Município. Sahiram elles ontem de Rio Grande, chegaram ao escurecer em Bagé e viajaram toda a noite para chegar aqui à hora acima indicada. Esses colonos, que são em numero de 88 seguiram hoje mesmo para seu destino, às 9 horas da manhã, em carros da estrada de ferro P.A.U., rebocados por uma locomotiva da estrada Itararé. A esta hora, estão já os referidos colonos installados em suas habitações, dispostos a trabalhar para o engrandecimento material do Rio Grande do Sul, que abre carinhosamente seus braços a todos os que procuram o seu fertilissimo solo para empregar a sua atividade.

PARTE I: Estabelecimento e particularidades da Colônia Philippson (1900-1904)

Ei-los então desembarcando na pequena estação de Santa Maria da Boca do Monte, centro ferroviário, situado na planície, a uns vinte quilômetros dos limites das terras da colônia, localizada no planalto. Eles enfrentaram quarenta e cinco dias de viagem, dos quais trinta de navio. “Foi com um misto de emoção e intensa curiosidade que pisaram o chão de sua nova Pátria”. Jacques Schweidson, chegado com a idade de dois anos na colônia com essa primeira leva de colonos, narra, nas

suas memórias de garoto esperto, a acolhida muito cordial que lhes foi reservada.⁵ “Não vinham todos cooperar para que o jovem país se transformasse no gigante de amanhã e na terra de fraterna convivência de raças e religiões?” (SCHWEIDSON, 1985, p. 8-10)

No cais, um homem falando seu idioma parece orquestrar tudo: David Hassan, enviado do escritório de Buenos Aires pela *Jewish Colonization Association* (ICA)⁶ para acompanhá-los desde o porto de Rio Grande e facilitar as diligências necessárias a seu estabelecimento. Com base em suas indicações, os trezentos quilos de bagagens autorizados por família desceram dos vagões onde haviam sido amontoadas na antevéspera, após longas formalidades para liberá-las da alfândega.⁷

Embora tivesse vendido todos os seus móveis antes de viajar para o Brasil, cada colono trouxe uma volumosa bagagem. Roupas em abundância. Um monte de travesseiros, colchões, cobertas, tudo com recheio de penas. Além disso, louças, talheres, samovares, candelabros de prata e de cobre destinados à iluminação e cerimônias religiosas. Como é óbvio, tratando-se de judeus, também trouxeram boa quantidade de livros. (SCHWEIDSON, 1985, p. 19).

Tal equipamento intriga os nativos. Misturando-se às numerosas crianças dos recém-chegados, a meninada das redondezas acorre para ver esses russos com barbas patriarcais, chapéus redondos, longas camisas e casacões escuros que se destacam na paisagem. Aqui, ninguém sabe o que é um judeu. A partir de agora, esses judeus serão “os russos”. Mas de onde vêm essas pessoas esquisitas? Quem são elas? Por que desembarcaram aqui? Que esperanças loucas nutrem? E que colônia é esta que se revelou tão peculiar?⁸

PARTICULARIDADES DA COLÔNIA

A colonização e a imigração europeia no Sul do Brasil no século XIX

Quando, por volta dos anos 1850, são adotadas as primeiras medidas legislativas para a abolição da escravidão, considera-se substituir, nas grandes plantações (de café principalmente), os trabalhadores de origem africana por mão de obra assalariada. Muito rapidamente e, sobretudo, após a guerra da Tríplice Aliança deflagrada contra o Paraguai (1865-1870), o governo brasileiro vê-se na premência de instalar populações nos territórios mais distantes. Ainda mais que as fronteiras oeste não estão ainda definitivamente demarcadas.⁹ As guarnições militares isoladas que para lá são enviadas não bastam para assegurar o domínio brasileiro sobre certos territórios. É preciso ocupá-los, povoá-los. Um apelo foi feito à Europa. A Alemanha encontra aí a oportunidade de remediar o desemprego dos miseráveis que, expulsos das lavouras pela mecanização ou pela praga da batata, vêm se aglomerar nas portas das cidades. Vilarejos inteiros da Itália esvaziam-se quando os homens partem para *fare l’America* (fazer a América), a do Sul também.

As sociedades – ou companhias – governamentais de colonização nascem, principalmente, nos Estados do Sul do País (ver ROCHE, 1969). Elas enviam agentes recrutadores para a Europa, tomam a seu encargo o colono, sua viagem, oferecem-lhe a prazo um lote sobre as terras devolutas, isto é, não pertencentes a ninguém, terras sem legítimo título de posse e não exploradas, a desbravar. “Da terra sem homens para os homens sem terra.” É a imigração “subvencionada”. Mesmo se goza de proteções, o colono recrutado oficialmente está bem mal aquinhoado: clima insalubre, contramestres ou administradores frequentemente cúpidos, in-

competentes e brutais. E principalmente: “O governo imperial, erroneamente, mandou distribuir lotes de terra aos colonos no planalto das montanhas e nos varzeados, grandemente distanciados dos centros consumidores e exportadores.” (LASSANGE da CUNHA, 1908, p. 21)¹⁰

Paralelamente, grandes proprietários fundiários veem, na colonização, uma maneira de tirar proveito de suas terras não rentabilizadas: vendê-las, a prazo, por lotes. Essas sociedades privadas de colonização têm contrato com o governo, mas acabam por agir como bem entendem. Elas recorrem igualmente a “promotores” encarregados de distribuir, na Europa, folhetos elogiando “as camas de diamantes” ou “os rios de mel” do Brasil. Sua probabilidade é ainda mais duvidosa que a dos agentes governamentais. É provável que os colonos dessas companhias tenham sido os mais maltratados e os mais explorados (ver LANGUENDONCK, 2002).

Nesse contexto brasileiro, a colônia Philippon, tardia, já é uma exceção. Primeiro, seu território não é nem terra devoluta, nem grande extensão pertencente a um único proprietário. É bem pequeno (4.472 ha em 1903, 5.399 ha em 1907 e, por fim, 5.766 ha em 1908) e comprado pela ICA de quatro, e relativamente modestos, fazendeiros.¹¹ Segundo, a colônia é uma estranha mistura desses dois tipos de colonização: de um lado, ela depende de uma “agência privada”, a ICA, que é, adicionalmente, uma associação filantrópica, sem fins lucrativos: coisa jamais vista! De outro lado, ela goza de numerosas vantagens oferecidas pelo governo aos imigrantes oficiais, entre as quais a gratuidade da viagem e a naturalização após dois anos de trabalho contínuo na mesma colônia.¹² Considerando que o governador Fernando Abbott irá pessoalmente se informar da situação dos colonos na época da grande seca de 1906, é possível mensurar aí o interesse do Estado sobre eles.¹³

Esse hibridismo, frequentemente, deu lugar, nos relatos, a uma amálgama de tratamentos sofridos pelos colonos das sociedades privadas e aqueles experimentados pelos de Philippon. Porém, comparativamente, os de Philippon serão, em suma, bastante mimados pela ICA e pelo governo. E também serão pela Companhia de estrada de ferro.

A estrada de ferro no Rio Grande do Sul na virada dos séculos XIX e XX

Na mesma época (1850), o Brasil decide investir numa vasta rede ferroviária destinada não somente a ligar os centros de produção aos grandes portos, mas também a chegar até as regiões despovoadas e até os limites de seu território. No Rio Grande do Sul, o governo abre licitações para a construção de trechos, vindos principalmente das fronteiras com o Uruguai e a Argentina, que devem formar, uma vez concluídos e ligados entre si, uma rede completa servindo todo o Estado. Sociedades estrangeiras se candidatam.

O processo é complexo. Para simplificar: assinalemos que a *Compagnie de Chemins de Fer du Sud-Ouest Brésilien* (fundada em 1890 em Bruxelas e controlada pela *Compagnie Générale des Chemins de Fer Secondaires*, sediada igualmente em Bruxelas e que “realiza a obra na qualidade de empresa geral”) consegue, em 1891, uma concessão para a construção da linha de Santa Maria a Cruz Alta (160 km).¹⁴ Franz Philippon é o fundador e um dos administradores da companhia. O Banco F. M. Philippon assegura a parte financeira. Lembremo-nos aqui que Franz Moses Philippon (nascido em Magdeburgo em 1851 e falecido em Paris em 1929) era um dos filhos do rabino alemão Ludwig Philippon, autor da célebre tradução da Bíblia.¹⁵ Ingresso, aos 14 anos, no Banco Oppenheim-Errera em Bruxelas, ele foi logo notado por sua

clarividência em matéria de bolsa de valores. Fundou seu próprio banco em 1871 (Banco Philippon, hoje Degroof). Tanto na Bélgica como em outros países, ele investiu nos setores de estradas de ferro, de bondes, de metalurgia, de eletricidade e de habitação social, e participou da fundação do Banco do Congo Belga. Conselheiro do rei Leopoldo II, presidente do Consistório Central Israelita da Bélgica de 1921 a 1929, grande mecenas, Franz Philippon foi também uma figura central da filantropia tanto no âmbito belga quanto no internacional. Ele foi, notadamente, vice-presidente e, mais tarde, presidente da ICA, no seio da qual sua ação ainda é pouco conhecida.

Em 1898, é a *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil* (fundada em Bruxelas, segundo o mesmo esquema) que assegura, desta vez, a continuidade da exploração parcial da rede de estradas de ferro do Estado – agora em funcionamento – mas também para “fazer tudo que se relaciona com a indústria dos transportes, incluindo (...) comércio e locação de materiais, máquinas...”¹⁶ Em função disso, os escritórios da companhia e grandes oficinas de manutenção e reparação instalaram-se na cidade de Santa Maria, ponto estratégico para o qual convergem tanto as linhas que vêm das regiões limítrofes do sul do Estado, quanto as que vêm do norte.¹⁷ A presença belga contribui de modo incisivo para o desenvolvimento rápido da cidade. Porém, como em todos os contratos de concessão assinados com empresas de construção estrangeiras, o governo brasileiro determina (artigos 39 e 41) às concessionárias a obrigação de assentar, ao longo da via construída, em quinze anos, mil famílias de agricultores nativos ou imigrados às quais eles forneceriam uma casa e móveis, instrumentos agrícolas, gado e animais domésticos, assim como uma assistência durante os seis meses precedendo a primeira colheita (ALLEGRE, 1997-

1998, p. 64). A empresa se obriga também a construir uma escola e uma igreja a partir do momento em que o estabelecimento colonial atingir mais de trinta famílias. É uma maneira evidente de povoar as regiões atravessadas pela via férrea, de assegurar a fiscalização e a manutenção, de proteger a região contra invasões indesejáveis ou mesmo contra as frequentes incursões de índios.

A observância desses artigos faria sentido no caso dessa linha de estrada de ferro relativamente curta (na escala da rede global), que atravessa terras de culturas alimentícias, pastos, e mantém estações em diversos lugarejos? Em 1900, os prazos concedidos para a instalação de uma colônia diminuem (primeiro contrato assinado em junho de 1890, linha inaugurada em 1894). Essas cláusulas teriam influenciado na escolha da localização da colônia Phillipson? Para todos os efeitos, não exclusivamente. Se, por um lado, Gustave Vauthier, o engenheiro local da *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer*, e um dos administradores belgas, F. Nonnenberg,¹⁸ de passagem pelo Brasil, elogiaram a qualidade dessas terras perante Franz Philippon, é o agrônomo da ICA, Lapine (sobre o qual falaremos mais adiante), que, após ter visto vários terrenos e visitado outras colônias, toma essa decisão com base em dois critérios: os colonos não podem ser forçados a um desmatamento penoso e, conseqüentemente, a trabalhos muito pesados e perda de tempo inicial; eles devem ficar a menos de 20 quilômetros de uma linha de estrada de ferro.¹⁹ Franz Philippon teria acrescentado: “A colônia será um dia de grande utilidade para o tráfego da Companhia.”

Ressalte-se que, na hora de criar novas colônias, há uma conjugação de diversos pontos entre as exigências desse contrato governamental e os princípios de base da ICA. Indubitavelmente, a *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil* e a

colônia Philippon, desde o início, encontram-se intimamente ligadas. Esse elo de ligação privilegiado com tal companhia constitui uma característica a sublinhar. Em primeiro lugar, os colonos estão longe de ficar isolados, como se vê em colônias da ICA na Argentina em seus princípios, e como se verá na segunda colônia fundada também pela ICA no Rio Grande do Sul, a de Quatros Irmãos. Em segundo lugar, o cotidiano deles será altamente facilitado, e a “integração” social e econômica se dará com surpreendente rapidez: escoamento da produção para cidades próximas, acesso ao pequeno comércio de povoados das redondezas, contatos favorecidos com a colônia alemã vizinha falando uma língua compreensível, recurso ao conhecimento dos agricultores das redondezas e, principalmente, proximidade às infraestruturas (hospital, comércio, escola de segundo grau e técnica, telégrafo etc.) do centro que é Santa Maria.

A *Jewish Colonization Association*

O barão Maurice de Hirsch (1831-1896), nascido numa família judaica enobrecida da alta finança bávara, foi se estabelecer em Paris após ter trabalhado com o banqueiro bruxelense Bischoffsheim, com cuja filha Clara contraiu matrimônio.

Construtor das estradas de ferro do Oriente, ele amealhou uma fortuna imensa, sobre a qual se questionou: “A posse de uma grande fortuna cria um dever para seu detentor, o de contribuir ao alívio do sofrimento daqueles que são duramente atingidos pelo destino.” Em 1891, ele fundou, em associação com os grandes financistas judeus, a ICA, um projeto visionário, criando colônias agrícolas judaicas nas Américas, no Oriente Próximo e no leste da Europa. Com a morte de seu filho único, aquele que entrou para a lenda como o “Moisés das Américas”, ele fez de sua obra filan-

trópica sua herdeira (FRISCHER, 2002; ROZENBLUM, 2006).

Os estatutos da *Jewish Colonization Association*, assinados em 24 de agosto de 1891, estipulam prioritariamente:

assistir e promover a emigração dos judeus de toda a parte da Europa e da Ásia onde eles são oprimidos por leis restritivas especiais e onde são privados de direitos políticos para qualquer parte do mundo onde eles possam gozar desses direitos e de outros relativos ao homem. Para isso, a associação estabelecerá colônias em diversas regiões da América do Norte e do Sul assim como em outros territórios para fins agrícolas, comerciais e outros. (Artigo 1) (*apud* ROSENBLUM, p. 254).

A ICA se propõe a:

comprar ou adquirir por doação ou de outra forma, junto a qualquer governo, Estado, municipalidade, ou autoridade local, corporação, sociedade ou pessoa, qualquer território, terra ou outra propriedade em qualquer parte do mundo, e toda concessão, poder e privilégio que possa ser necessária ou útil ao desenvolvimento de seus recursos, tornando-os disponíveis para fins de colonização. (Art. 2)

Toda infraestrutura dessas colônias está prevista nos estatutos da ICA, inclusive uma escola, oficinas de aprendizagem, e outros.

Sob os auspícios da ICA, as colônias agrícolas surgem em vários lugares no mundo. Na Argentina, tendo em vista a afluência desordenada de recém-chegados, suas origens e profissões diversas e frequentemente urbanas, e a falta de preparo dos diretores, a ICA e os colonos enfrentam numero-

sos e lastimáveis dissabores (ROZENBLUM, 2006, p. 254). No futuro, será preciso fazer melhor. Para resumir o nascimento da colônia Philippon, retomemos Léon Bach, vice-diretor da *École Horticole et Professionnelle de Plessis-Picquet* (França), que foi chamado para ser professor na colônia Philippon, em junho de 1908, após ter aprendido o português em Lisboa. Altamente apreciado pelos seus alunos, ele partiu, com sua esposa brasileira, para Porto Alegre, de onde ele continuou a ajudar os emigrantes judeus a se instalarem.

Nos últimos anos do século passado, sendo então presidente da ICA o Sr. Narcisse Leven, advogado da Corte de Apelação de Paris, este sugeriu ao vice-presidente, Sr. Franz Philippon, banqueiro belga, presidente de companhias de estradas de ferro da Argentina e do Rio Grande do Sul, a conveniência que a sociedade teria em comprar terras no Rio Grande do Sul. Ele enalteceu o espírito de hospitalidade, de justiça e de tolerância que reina no Brasil, as qualidades da terra e do clima do sul do país, e o grandioso futuro que, decididamente, é reservado a esta vasta república.

O Conselho, que então estava estudando projetos de compra de mais terras na Argentina, aprovou a ideia do Sr. Philippon. Enviou, em 1900, uma comissão de estudos ao Rio Grande do Sul. Esta voltou com um parecer favorável. Depois disso, veio, em 1902, o agrônomo Lapine, que visitou várias zonas gaúchas e acabou comprando terras em Pinhal, no Município de Santa Maria, a 25 km daquela cidade. Aí foi estabelecida a primeira colônia judaica do Rio Grande do Sul, que recebeu o nome do vice-presidente da ICA, "Colônia Philippon", hoje Filipson. (BACH, 1956, p. 272).

Uma anedota, ainda divulgada nos poucos trabalhos produzidos sobre o tema no Brasil, relata

que, desde Bruxelas e num gesto imperial, Franz Philippon indicou as terras que levariam seu nome. Porém, a sugestão do nome a ser dado à colônia parte de Eusèbe Lapine.²⁰ O agrônomo Eusèbe Lapine, enviado da colônia de Entre Rios, na Argentina, tem por missão comprar as terras da futura colônia. Seu sonho: fazer brotar trigo nos "campos" (terras naturalmente pouco florestadas, reservadas ao gado) do planalto central. O que seria experimental: o Brasil manda trazer trigo da Argentina, porque quase não o produz, nem seu solo nem seu clima o permitem. Mas aqui o clima é quase temperado, e os colonos italianos conseguem resultados. Lapine está convencido de que o trigo assegurará a prosperidade dos colonos. "A colônia é a primeira de todo o Estado do Rio Grande do Sul a valorizar terrenos do planalto ditos 'campos'."²¹ Experiência essa pela qual o Estado se interessa de perto.

Após a compra de quatro terrenos contíguos totalizando 4.472 ha, está transposto o último passo: a aprovação, em 31 de agosto de 1903, dos estatutos da ICA pelo presidente do Estado, Borges de Medeiros.²² Com o apoio de Gustave Vauthier, que, na qualidade de diretor da *Compagnie Auxiliaire*, tem acesso às autoridades locais, Lapine obtém várias isenções de taxas e impostos. Ele procede à agrimensura complicada do local: a subdivisão em lotes de 25 a 30 hectares, que devem dispor, cada um e de maneira equitativa, de um pasto, de uma parte de terra boa para o plantio, de um terreno florestado, o todo recortado por um riacho.²³ Ele manda construir casinhas de madeira. Ele quer acabar tudo antes do mês de maio de 1904, de modo que os colonos cheguem a tempo para a semeadura, após terem festejado a Páscoa uma última vez em suas casas.²⁴ Ele prevê ainda que a colônia abrigue quarenta famílias. Chegarão trinta e sete famílias, totalizando 267 pessoas, em três pequenos contingentes, entre agosto e outubro de 1904.²⁵

Aqui também, e em muitos pontos, convergem os interesses e as intenções do governo brasileiro, da *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil* e da ICA. O aspecto experimental não é um fator a ser negligenciado nesse bom entendimento tripartite, o que favorecerá uma vez mais os colonos: “Nossa colônia é objeto de simpatia das autoridades e das pessoas notáveis do país. O senhor Dr. Fernando Abbott, um dos homens mais influentes do Estado, interessa-se por ela e a visita com frequência. Ocorre o mesmo com o senhor Lassance, diretor da agricultura, com o senhor Vauthier, diretor das estradas de ferro, com o senhor Ramos etc.” (relatório anual da ICA, 1906).²⁶ Quantos anjos da guarda!

Pelo menos em teoria, comparativamente às colônias brasileiras em geral e às da ICA na Argentina, o estabelecimento da colônia Philippon se deu sob augúrios particularmente propícios à instalação dos colonos. É assim que eles chegarão todos ao mesmo tempo, para se por juntos ao trabalho e dedicar-se a uma mesma experiência: fazer brotar trigo. Todos receberão um lote com vantagens equivalentes, casinhas, ferramentas idênticas etc. Concebida para cerca de quarenta famílias tão somente (ela nunca terá muito mais de 300 habitantes), essa modesta colônia deveria ser fácil de administrar.

Mesmo que isso não ocorra exatamente como previsto, a ICA evidentemente envida esforços para que isso ocorra da melhor forma possível. Resta ver quem são e de onde vêm esses “russos” que desembarcam no Brasil.

SINGULARIDADES DOS COLONOS

A Bessarábia: um celeiro do Império Russo

Em Paris, ao ser perguntada sobre suas lembranças de infância na Bessarábia, Rosa Barasz²⁷ responde

sem hesitar: “Campos, campos a perder de vista, e aldeolas espalhadas. Nada mais. Não tenho lembrança de uma cidade grande e, menos ainda, de uma chaminé de usina. Havia muitos judeus. Tanto que as pessoas das redondezas vinham nas nossas festas. E nós íamos nas deles. Havia um bom entendimento. Meu pai explorava uma prensa de óleo; óleo de girassol.” O pai de Isaac Axelrud, colono da primeira hora, tinha também uma pequena fábrica de óleo na Bessarábia; mas, segundo seu filho, era óleo de amendoim.²⁸ E esta é a impressão que imagens e cartões postais dão: a Bessarábia era um celeiro do Império Russo – trigo, tabaco, vinhedos (ver fotografias antigas em POLACK, 2006). São esses produtos que Lapine tem intenção de plantar na colônia e que faltam no Brasil.

Os futuros colonos de Philippon não viviam – como se ouve dizer muito frequentemente – nas sinistras condições por que passam alguns de seus correligionários na Ucrânia ou na Polônia. Jacques Schweidson (1985, p. 6) também afirma: viviam na Bessarábia “algumas centenas de milhares de judeus, na maioria desfrutando de regular situação econômica. Mesmo as classes mais modestas gozavam um padrão de vida distante da condição de pobreza, comum a muitos de seus irmãos de outras províncias”. Embora rigorosamente regida por leis de restrição aviltantes, a situação dos judeus da Bessarábia era aparentemente menos opressora do que em outros lugares do Império.

Terras férteis, colheitas abundantes. Colônias agrárias judaicas estavam implantadas na Bessarábia e, mais particularmente, nas cercanias de Soroki, às margens do rio Dniestr, onde funcionavam uma escola hortícola e “jardins escolares” da ICA. Um jardim modelo abrigava um viveiro de 40.000 árvores frutíferas, 80.000 cepas de vinha, um imóvel e uma laticínios. Faziam-se conservas de frutas e legumes. Uns sessenta operários israelitas trabalha-

vam nessa colônia.²⁹ Schweidson, Bach e outros autores afirmam isto: os candidatos selecionados seguiam uma formação em Soroki numa “estação experimental” dirigida por um agrônomo, Akiva Oettinger, que fazia parte do comitê de recrutamento da ICA em São Petersburgo.

Desde 1903, Oettinger – que se encontrará no Brasil dez anos mais tarde – é encarregado de selecionar os candidatos. De acordo com Schweidson (1985, p. 7): “Quando apareceram os autorizados emissários da YCA para escolher os candidatos à imigração para o Brasil, muitas centenas se apresentaram. Aí, o engenheiro Ettiger, que já conhecia diversos desses candidatos, cooperou com acerto na seleção. Escolheram os mais aptos quanto à idade, robustez e integridade moral.” Além desse, outro aspecto os distingue dos colonos das outras colônias: para povoar a colônia Philippon, Oettinger e os “emissários” só recrutam na Bessarábia e numa região determinada.

Os colonos serão todos originários do mesmo lugar. Eles falarão as mesmas línguas, terão os mesmos costumes, as mesmas referências, as mesmas lembranças.

O recrutamento: uma profissão ligada à agricultura

“As famílias enviadas para o Brasil foram escolhidas com muito zelo na Bessarábia. Os colonos, habituados em geral ao trabalho rural e com certa experiência em agricultura.” (relatório da ICA, 1902)³⁰ Lassance da Cunha, diretor do Ministério da Agricultura, que visitou numerosas colônias e lança sobre elas um olhar externo, salienta: “Todos estes (os colonos de Philippon) manifestam aptidão para a agricultura e sabem com proficiência utilizar-se dos instrumentos de arar modernos.” (LASSANGE DA CUNHA, 1908, p. 252).

Lapine pede, expressamente, uma preparação (formação) dos colonos que deixariam a Bessarábia depois das três primeiras levas. Mais tarde, é Maurice Abravanel, ex-diretor da escola-fazenda de *Or-Jehouda* (Ásia Menor), chegado à colônia em março de 1905 na condição de segundo diretor, que escreverá para a ICA, quando da eventualidade de um novo envio de colonos após a compra complementar de terras, que ele estima como condição indispensável: “Escolher, entre os emigrantes, aqueles que já trabalharam nas lavouras e que se ocuparam de atividades agrícolas” (carta de Abravanel, 1906).³¹ Abravanel diz querer evitar o contato de pessoas vindas da cidade, pouco habituadas ao trabalho duro, com os colonos já aguerridos, o que inevitavelmente levaria a desigualdades e atritos. Leibowitz, que será o terceiro diretor, quer colonos da Bessarábia, porque eles conhecem a agricultura, principalmente a do tabaco.³²

David Cazès, administrador na Argentina, em seu relatório após visita a Philippon em junho de 1907, declara: “Os 42 colonos atuais de Philippon são todos originários da Bessarábia, e mesmo de três ou quatro localidades somente (Resina, Dombroveni, Soroki). Alguns deles tinham sido plantadores de tabaco no seu país, outros eram pequenos comerciantes (alguns em produtos do solo).”³³ Segundo Eva Nicolaiewsky (1975, p. 35), neta do colono do lote nº 1, chegado com a primeira leva, e primeira socióloga a ter escrito sobre a colônia:

Em sua terra de origem, a Rússia, os pioneiros de Philippon tinham diferentes ocupações, dentre as quais a de técnico na cultura do fumo, médico, chefe religioso, professor, especialista no plantio de cereais, fabricante, comerciante, bancário, fruticultor, joalheiro e confeitoiro. Entre as senhoras, encontravam-se algumas lojistas e várias parceiras. Havia, entre os emigrantes, muitos que fala-

vam e escreviam em três ou quatro idiomas: o russo, o romeno, o ídiche e o hebraico (...) exigindo o conhecimento de vários alfabetos. Quanto à cultura das mulheres, esta não era muito inferior à dos homens.

Nicolaiewsky detém informação de primeira mão, e as profissões mais urbanas citadas devem ser remetidas ao contexto da época e das origens rurais.

Tudo leva a crer que, na partida, todos os chefes das trinta e sete famílias pioneiras exerciam profissões diretamente relacionadas com a agricultura e/ou haviam feito cursos de formação. E mais, os candidatos estão em boa saúde: “No que se refere ao físico, eram brancos e em geral de complexão robusta. Quanto à sua estatura, ficavam entre a média e a bem alta, comparada com a dos gaúchos.” (NICOLAIEWSKY, 1975, p. 35). Vantagens consideráveis: mesmas origens sociais, regionais, profissionais e linguísticas, presença de um rabino, de um médico, comunidade rural, homogênea, unida. Fortalecida pela experiência argentina, a ICA – e ela o diz claramente – tenta evitar os erros lá cometidos. Ela cuida para que os colonos da “modesta” Philippon estejam em pé de igualdade, tenham todos os conhecimentos e competências equivalentes e complementares, de modo que não haja nem retardatários, nem desfavorecidos. Isso permitirá, além disso, muito boas relações com a vizinhança, com os nativos: entre camponeses, há melhor entendimento.

Colonos de “origem abastada”?

“Embora houvesse, entre os colonos, diferenças não pequenas quanto à instrução e aos recursos econômicos de cada um, eram todos, no tocante à escala social, integrantes da classe média.” (NICOLAIEWSKY, 1975, p. 36) Classe média rural,

entenda-se. Nicolaiewsky baseia-se ainda, para afirmar isso, nas roupas suntuosas com as quais os pioneiros posam para fotos que ela anexa à sua obra. Fotos oficiais, roupas colocadas para a ocasião, mas as mulheres usam brincos, vestidos com encaixes ricamente bordados, os homens estão em sua maioria com terno de três peças.

O senhor Chouraqui, em um artigo sobre a história da ICA no Brasil, observa também certo conforto material nos candidatos à partida: “Querendo evitar os dissabores dos primeiros momentos da colonização argentina, havia-se pedido a cada família certa soma de dinheiro a fim de assegurar sua sobrevivência até a próxima colheita.”³⁴

E que não é pouca coisa! Soma que, segundo outras fontes, cobria igualmente a primeira prestação da compra de seu lote, parcelado de dez a vinte anos. O autor acrescenta: “Os colonos estavam acostumados ao trabalho relativamente fácil da Bessarábia.” E quando Hassan, em sua correspondência, conta que ele teve de desembaraçar, na alfândega, mais de três toneladas de bagagens na chegada do segundo grupo – grupo de oito famílias –, ou seja, mais do que os 300 kg admitidos por família, pode-se deduzir que havia excesso de bagagens! E concluir que os futuros colonos não eram dos mais despossuídos. Hassan assinala, pouco depois, que os judeus “não são muito frugais”, como ele pensava, “mas extravagantes em relação às pessoas daqui. (...) Eles são sofisticados, deverão aprender a viver com menos.”³⁵ Será que isso queria dizer que na Argentina, de onde vinha Hassan, eles eram mais rústicos?

Notemos ainda o fato, relatado por Schweidson, Alexandr’ e alguns diretores, de que os colonos contratavam facilmente a mão de obra local para fazer os trabalhos mais pesados ou que eles consideravam não serem trabalhos para judeus! E aqui se coloca uma pergunta particular: por que a

ICA recrutara famílias relativamente bem favorecidas? E que parecem ser relativamente mais bem tratadas na Bessarábia do que em outras províncias da Rússia? A priori, trata-se de uma estranha escolha, já que se espera ver emigrar as populações judias mais necessitadas. Seria porque assim o desejava Lapine, o agrônomo, tão ansioso por ver brotar trigo no Brasil, e porque esses candidatos estavam preparados para os trabalhos do campo? Seria porque a legislação brasileira e o governo do Estado do Rio Grande do Sul exigiam que os recém-chegados fossem agricultores?³⁶ Seria para evitar os erros cometidos na Argentina, para onde judeus de todas as condições sociais haviam afluído e onde os de origem urbana se viravam menos bem do que os outros, causa de muitos conflitos entre eles e de ressentimentos com a ICA?

Os motivos da partida: a parte do terror e a parte do sonho

Já vimos que não é da mais completa miséria que eles fogem. Mesmo se, como alhures na Rússia e na Europa, eles tiveram de conhecer fome e epidemias. Os motivos para a fuga são primeiramente os *pogroms*, o terror que lhes causavam os “cossacos, esses saqueadores, que vandalizavam os vilarejos dos judeus”.³⁷ É de se notar que a decisão de comprar terras no Brasil em 1900 e a própria compra e o recrutamento dos primeiros candidatos, no início de 1903, ocorreram antes do grande pogrom de Kishinev, na Páscoa de 1903. Depois deste temor, vêm as medidas discriminatórias bastante conhecidas e as restrições cada vez mais humilhantes às quais são submetidas as comunidades judaicas no Império Russo. “Queriam a liberdade de ser diferentes.” (SCHWEIDSON, 1985, p. 6). E, por último, está a guerra russo-japonesa, que vem a ser deflagrada em fevereiro de 1904. Os jovens judeus

são submetidos ao serviço militar e, de modo geral, são os primeiros a ser convocados. “Algumas famílias que decidiram vir para cá tinham filhos nos campos de batalha.” (NICOLAIEWSKY, 1975, p. 25). “Na Bessarábia, havia também a guerra contra o Japão. Meu tio-avô perfurou os próprios tímpanos para não ter de servir. E o Doutor Russo serviu o exército russo durante a guerra contra o Japão.” (entrevista com I. Axelrud)³⁸

Eis ao que eles dão as costas. Mas para onde pensam ir? O que lhes teria prometido Oettinger, o “recrutador”? Riachos de diamantes e fortuna? Ou uma vida comunitária e mais dignidade? Suas aspirações não estão claramente explicitadas em lugar algum, algumas delas mal transparecem nas entrelinhas.

Evocada diante dele a eventualidade de um “*ki-butz* antes da hora”, o escritor e médico Moacyr Scliar, filho de colonos de Quatro Irmãos, nascido em 1937 no bairro judeu de Porto Alegre, exclamou: “Não, não havia ideia socialista subjacente!” E todavia... Caso se analise nos detalhes o recenseamento efetuado por Hassan em dezembro de 1904, são arrolados, entre as 37 famílias pioneiras, 72 jovens de 15 a 24 anos, ou seja, mais de um quarto dos 267 recém-chegados.³⁹ O que representa uma bela juventude. O que quer essa bela juventude? Não seria ela que teria, em parte, levado os pais a partir? Entre os jovens, três são solteiros de 19 anos, ligados a uma família, mas independentes. Que sonhos nutrem eles para partir sozinhos com 19 anos? Que ideias os animam? As do Bund (o recém-criado movimento operário revolucionário judeu), mesmo atenuadas, mesmo embrionárias? Se esses jovens foram escolarizados nas escolas hortícolas ou técnicas judaicas da Rússia, sobre isso não pode haver dúvida. E, por trem, jornais e revistas da Rússia chegam à colônia. São esperados com impaciência. Que notícias trazem? Ver-se-á muito

rápido essa juventude criar uma cooperativa leiteira em Philippon, lançar as bases de uma cooperativa de consumo, de uma caixa comum de empréstimos, entre outras atividades.

Mas os indícios indo nessa direção são escassos. As ideias “associativas” estão presentes no seio da ICA, que encoraja as cooperativas. Numa correspondência posterior, a sede de Paris repreende um administrador da Colônia Quatro Irmãos: “Não esqueça que nossos colonos são nossos associados, não nossos empregados!” As ideias “coletivistas” estão nos ares do tempo, mas em que medida elas influenciaram os diretores saídos de diversas escolas de agricultura judaicas? Lapine pronuncia-se sobre o que ele chama um “autogoverno” (que nunca terá lugar): “Propriamente falando, não haverá administração, toda administração representa um mal numa colônia da ICA.”⁴⁰ Ele prevê pastagens e campos comunitários. Abravanel diz “visar tirar o pequeno colono da tutela da Sociedade e ensiná-lo a se autogovernar, um tipo de *Self Government*”.⁴¹ Ele protegerá as iniciativas cooperativistas de certos colonos.

Serão também esses jovens que, muito rapidamente, decepcionados com as tentativas malsucedidas e principalmente impacientes para sair da rotina, vão deixar a colônia para ganhar a cidade, para nela tentar a sorte; e com dificuldades, frequentemente, a vencer: a parte do sonho e da aventura não deve ser negligenciada no imigrante, ela é certamente um motor decisivo na hora de fazer a escolha de uma partida definitiva.

Colônia exemplar, então?

Sim, na sua concepção. Lassance da Cunha se felicita: “(...) eu adicionei uma nota sobre a nascente Colônia Philippon, sem dúvida aquela cuja criação obedeceu o melhor sistema, tornando-a, por

isso mesmo, digna de imitação” (LASSANCE DA CUNHA, p. 244). E igualmente nos seus resultados finais. Caso se considere que, após uns vinte anos, todos os colonos tinham liquidado suas dívidas, que a grande maioria entre eles, após ter vendido seu lote, foi se estabelecer nas cidades (uma parte em Santa Maria, onde seus descendentes formam hoje uma pequena comunidade urbana ativa que se reúne na sinagoga construída em 1926); que, desde a segunda geração, numerosos são os que seguiram carreiras universitárias ou se tornaram donos de prósperas empresas, pode-se dizer que a colônia Philippon deu lugar a um modelo de emancipação e de integração bem-sucedida. Modelo que correspondeu aos desejos do Barão de Hirsch: “Tentarei criar para eles um novo lar em diferentes países onde, na qualidade de colonos livres, donos de seu próprio solo, eles possam se tornar úteis ao país. Se isso não ocorrer na geração presente, a seguinte certamente realizará essa expectativa.” (ROZENBLUM, 2006, p. 252) Livres e úteis para o país, é bem assim que se sentem e querem ser os descendentes encontrados pela autora.

A esposa do Sr. Isaac Axelrud concluirá a entrevista concedida dizendo: “Esta vida foi cavada com as unhas.” E o velho homem acrescentará: “Ninguém de Philippon ficou pobre. Três dos meus irmãos (nascidos na colônia) foram engenheiros da Petrobrás. Daqui brotaram a inteligência, a perspicácia, a força de vontade.” Colônia trampolim, então, sem mais. Hoje, somente a Fazenda Philippon, pertencente a descendentes do rabino e ocupando um terço do antigo território, dedica-se ainda à agricultura. A soja cresce onde devia brotar o trigo. Exemplaridade teórica, para dizer a verdade. Na prática, no cotidiano, a colônia teria sido idílica? Claro que não. Ela esteve, e ainda está, longe de ser percebida como tal. Fala-se do fracasso da ICA.

10 de agosto de 1904. Sobre a plataforma da estação ferroviária de Santa Maria, e num tumulto conhecido, colonos e bagagens esperam o trem para a colônia. O desapontamento deles, já na chegada, será grande e justificado. Frustrações, reclamações, reivindicações, descontentamentos, mal-entendidos: por que o que havia sido tão bem acertado não funcionara como previsto?

PARTE II: Começos, dificuldades, dissabores na Colônia Philippon (1904-1908)

Filipson apresentava durante o dia uma bela paisagem, pela vegetação dos campos, dos bosques matas e matos cerrados. Flores de inúmeras cores enfeitavam a relva e perfumavam o ar, enquanto a passarada caprichava em seu gorjeio. Os colonos trabalhavam a terra em longas jornadas, com esforço, entusiasmo, cuidado e esperança. Mas quando caía a noite, envolvendo tudo na escuridão, ocorria uma mudança sensível. Aquela céu de outro hemisfério, com diferentes constelações cintilando, inúmeros pirilampos luzindo nas trevas, e o coaxar insistente das rãs, sem o mavioso canto do rouxinol – tudo isso lhes lembrava quão distantes estavam da terra natal, de seus parentes e amigos.

Nesses momentos, sentiam a nostalgia, a dor pungente causada pela saudade da pátria.

Na calada da noite, o vento trazia-lhes aos ouvidos o soluçar profundo do rio Ibicuí. Seria mesmo do riacho? (NICOLAIEVSKY, 1975, p. 45)

No cais da estação ferroviária de Santa Maria, no caos geral, Schaia Akselrud, que só tinha quatro anos, não pode esconder sua excitação: vamos embarcar para a colônia Philippon!⁴² A locomotiva, aos trancos e barrancos, deixa rapidamente a planície para “serpentear entre morros e abismos” e

ganha o planalto central, elevando-se de modo abrupto a quase 460 metros de altitude. Ela abre caminho na vegetação alucinante: uma floresta densa, onde palmeiras cingidas disputam a luz com altas árvores frondosas enlaçadas por plantas parasitas e cipós. Verdes de todas as tonalidades entrecrocavam-se. Como reagem esses “russos” diante de tal espetáculo? Como imaginam esses hectares que serão seus? Poderiam somente imaginá-los, eles que só conheceram as terras semeadas da Bessarábia? Chega-se aos campos, esses “mamilões”, como são chamadas as curvas do relevo por Eusèbe Lapinte, o agrônomo encarregado pela ICA de comprar as terras da colônia. Verdejante, ondulante, cortada por barrancos no fundo dos quais corre um riacho e que margeiam matagais e pequenos bosques densos (capões), a paisagem da colônia devia ser tal qual se encontra ainda hoje. Como diz Schweidson, 1985, p. 17), “Certamente teriam gostado imensamente de encontrar evidências da fertilidade do solo. Procuraram os vestígios de antigas plantações. Testemunhos de passadas colheitas. Inútil e desesperante. Só viram campo e grama.”

DISSABORES E VEXAMES

O habitat

O trem para numa campanha rasa. Não há ainda estação ferroviária. Apenas o entroncamento de uma via de garagem e um depósito de mercadorias assinalam o lugar onde se elevarão a sinagoga e a escola. Desembarca-se. “Um punhado de imigrantes e uma montanha de bagagens” são acomodados em carroças. Não longe: uma casinha de tábuas. A do lote nº 1. A alguma distância, uma segunda, igualzinha, depois, regularmente distantes umas das outras, escalonam-se cabanas idênticas. Os “russos” compreendem:

Corações oprimidos, lábios contraídos ao vislumbre de uma duríssima realidade, os imigrantes penetraram nos seus respectivos casebres de tábuas brutas mal ajustadas. Frestas abundantes. Apenas dois cômodos. Teto sem forro. Chão sem assoalho (...). Se desespero houve em alguns corações, isso foi silencioso. Se lágrimas houve, foram absorvidas na ternura da terra, que, com o passar do tempo e não obstante as amargas desilusões, tanto vieram a amar. (SCHWEIDSON, 1985, p. 17).

Prometeram-lhes casas. Amontoam-nos, por família, em exíguos “casebres contrastando com o relativo conforto das antigas moradias da Rússia”. Conforme as fotos da época tiradas nas aldeolas da Bessarábia, apesar de uma parte ser em toras, as moradias são consistentes, robustas, atarracadas, construídas para abrigar várias gerações, tanto no inverno quanto no verão (POLACK, 2006). E eis que eles só têm direito a 35 m²: “No que concerne à moradia, cumpre esclarecer que os judeus russos ficaram decepcionados, quando tiveram de habitar casas em madeira tosca, sem pintura, sem vidraça, sem forro, sem assoalho e com cobertura de zinco (...)” (NICOLAIEWSKY, 1975, p. 38). Estamos em agosto, no inverno. As temperaturas podem ser baixas: o vento sul, vindo da Antártica, varreu os pampas argentinos para chegar até aqui. Ele se infiltra pelas frestas. Construídas no início do ano, as casinholas foram feitas com madeira verde. “A madeira da construção das casas foi trazida da floresta existente no próprio terreno”.⁴³ A madeira cedeu, deixando fendas. Maurice Abravanel, diretor chegado em março de 1905, considerará que essas casinholas podem abrigar, no máximo, quatro ou cinco pessoas, não mais: “Não só esses miseráveis são obrigados a viver amontoados uns sobre os outros como arenques

empilhados, mas também vivem numa promiscuidade e numa sujeira repulsivas. O lado moral sofre muito com isso.”⁴⁴

Por que essas cabanas, esses casebres? Lapine mandou construir o tipo de moradia comum ao seu redor. Ele tinha, além disso, um orçamento apertado e se manteve sob as orientações da ICA, para a qual se trata de uma espécie de ponto de partida que cada colono arrumará, aumentará a seu modo, segundo suas necessidades, por seus próprios meios. A ICA não pode e nem quer favorecer ninguém. Os contratos são idênticos, as condições de início são as mesmas para todos: “É a regra para todo mundo.” Aliás, sem demora, os colonos vão se dedicar a fabricar tijolos e telhas. (NICOLAIEWSKY, 1975, p. 38). David Cazès, diretor das colônias da ICA na Argentina, quando de uma inspeção no Brasil, em 1907, observa: “Atualmente, não se vê, na colônia, mais que sete ou oito casas de madeira.” E conclui: “À medida que se acostumam ao país, eles substituem a madeira das paredes por muros de taipa. Alguns colonos até mesmo construíram (casas) em pedras, e parece, em vista da abundância desse material, que deveria ter sido este o sistema a ser adotado desde o início.”⁴⁵

“Quando chegou a primeira leva aqui, eles não tinham nem casa, não tinham nada. Ficaram todos num galpão comum, todo o mundo junto. Não tinham nem onde ficar. Dividiram aqueles lotes: “esse lote é teu, esse é teu”. Um era o 48; o outro era o 24. É com base num número que eles eram conhecidos. Os *góim* (não judeus) não diziam aqueles nomes complicados, era: “É o 24, é filho do 24, é filho do 23, é filho do 19...”, tudo pelo número (do lote)” testemunha Henry Wolff, filho de imigrantes, nascido em 1926 em Rio Grande, citado numa publicação feita por ocasião do centenário da chegada dos pioneiros da colônia.⁴⁶

Esta acusação de ter largado ao deus-dará os recém-chegados é feita ainda hoje contra a ICA pelos descendentes. Porém, dois jornais locais, o relatório anual da ICA e a correspondência de Lapine confirmam a existência dessas casas.⁴⁷ Há mesmo unidades de sobra: Abravanel fala em casas vazias.⁴⁸ Schweidson e Nicolaiewsky criticam essas “casinholas”, sem negar sua existência. De acordo com Nicolaiewsky (1975), assegura-se a divisão em lotes e a construção de uma residência para cada família em seu respectivo lote.

A acusação vai mais longe. Supondo-se que não tenha havido casas, ou não suficientes, houve por bem alojar os recém-chegados em algum lugar. “Para abrigar parte das famílias, foi construído um galpão enorme, de tábuas, todo pintado de preto, porque todas as casas estavam terminadas por ocasião da vinda das levas de emigrantes (...), que foram forçados a viver sob o mesmo teto, em completa promiscuidade (...)”. (ALEXANDR’, 1967, pp. 15-16) Esse fato me foi também narrado pessoalmente. De onde vem essa lenda? Não há fumaça sem fogo...

E, com efeito, para o terceiro grupo, o maior deles (19 famílias, 145 pessoas), o qual David Hassan foi acolher em Rio Grande em 8 de outubro de 1904, ou seja, dois meses após a chegada dos dois primeiros pequenos grupos, não existia nessa cidade hotel provido de tantos leitos. Hassan conseguiu alojá-los num depósito transformado em dormitório improvisado durante o tempo necessário para despachar na alfândega as bagagens.⁴⁹ Muitas bagagens que não puderam embarcar no mesmo navio foram extraviadas. “Erro cruel” reconhece Hassan, mas foi culpa da ICA. Se bem que, sobre esse ponto, permanece ainda uma parte do enigma, está muito provavelmente aí a explicação da história do mencionado “confinamento num galpão”. Vê-se que a direção da ICA no local,

longe de criar dificuldades, tenta encontrar soluções, embora precárias. É preciso, no entanto, admitir que os que ficaram amontoados durante cinco dias no depósito não devem ter apreciado. Esses chegarão na colônia em 14 de outubro de 1904.

Natureza do terreno e fertilidade da terra

Ei-los então instalados. Eles se dedicam aos primeiros trabalhos coletivos: pôr cercas, abrir, para cada lote, um atalho que leva ao riacho. Isso feito, o gado pode ser distribuído. Chega a hora da semeadura. Problema: “As suas belas campinas serviriam, maravilhosamente para a pecuária. Jamais se constatou que elas fossem aptas para a lavoura.” (SCHWEIDSON, 1985, p. 25)

A rocha se encontra frequentemente em pouca profundidade, às vezes ela aflora à superfície do solo (...). A natureza do terreno, como se vê, não permite a utilização de máquinas agrícolas aperfeiçoadas; os arados com assento, as semeadoras mecânicas, as ceifeiras, as segadeiras, seriam a cada instante paradas e quebradas pelas pedras e pelas raízes das árvores; aliás, as acentuadas ondulações do terreno tornariam seu emprego insalubre.⁵⁰

As primeiras tentativas não serão encorajadoras. Os colonos são obrigados a se submeter às instruções dadas pelos primeiros diretores, Hassan e Abravanel. Este último, ex-diretor da escola-fazenda de *Or-Jehouda*, experiente portanto, segue ao pé da letra as instruções deixadas por Lapine, se bem que, “na minha opinião, eu creio que nós nos encontramos numa região que, seja pelo seu clima, seja pela constituição de suas terras, não se presta à cultura do trigo”.⁵¹

Entre os colonos, começa-se a questionar seria-

mente: “Quanto à fertilidade da terra, quem ousaria pô-la em dúvida? Não fora ela adquirida por elementos experientes da grande e benemérita YCA? Na certa os seus agrônomos – e eles eram tantos – escolheram o que havia de melhor.” (SCHWEIDSON, 1985, p. 12). “Como explicar um erro tão crasso pelo famoso *staff* de especialistas? Seria o mesmo que ignorar ser essencialmente filantrópica a função daquela poderosa companhia (...). Inadmissível lhes parecia a YCA falhar em assunto tão importante. Constituiria um verdadeiro crime”. (SCHWEIDSON, 1985, p. 25-26).

Nesse capítulo intitulado “Realidade”, a ironia range sob a pena de Schweidson. Evidentemente e apesar de sua boa-fé, já que em 1903 ele tinha conseguido fazer brotar, de maneira experimental, alguns metros quadrados de trigo, Lapine enganouse parcialmente sobre a fertilidade dos ‘campos’. Abravanel completa o quadro com uma nota informando que as terras pretas são mais férteis do que as terras vermelhas, medíocres, o que causa grandes irregularidades nos rendimentos obtidos pelos colonos; que alguns que só receberam terras vermelhas querem uma compensação.⁵² A fim de reduzir as desigualdades, ele procederá à reclassificação desses colonos sobre as terras pretas.

O clima subtropical

Um clima em que as estações são bastante marcadas. Sim, mas... um clima versátil. Dezembro, janeiro e fevereiro são os meses de pleno verão. Trigo, cevada e centeio constituem as sementeiras de inverno; milho e feijão preto as do verão.

Verão de 1904-1905: as chuvas torrenciais de dezembro carregaram parcialmente as primeiras sementes ou prejudicaram a maturação dos grãos.⁵³

O primeiro ano, 1905, foi marcado por dificuldades:

Em 1905, os colonos semearam 285 hectares, dos quais 80 de trigo, 52 de feijão preto, 131 de milho e 22 em plantações diversas (batata, mandioca, abóbora etc.). Infelizmente, no fim do ano, a colheita trazia pouca esperança, a colônia sofreu uma estiagem muito prolongada. Todo o Estado do Rio Grande do Sul, e principalmente a região onde se encontra nossa colônia, teve de suportar a escassez de chuvas, e o governo local teve de tomar medidas para ajudar os agricultores do país, cuja situação tornara-se crítica.⁵⁴

Sem contar que somente os dois primeiros grupos de colonos, chegados em agosto de 1904, beneficiaram-se com uma minicolheita. O terceiro grupo chegou muito tarde para preparar a semeadura, o que cria disparidades e tensões.⁵⁵

Os agricultores das redondezas, seus vizinhos próximos de uma colônia alemã, sugeriram aos russos de recorrerem à queimada para fertilizar a terra. A ICA, confiando na opinião de seus agrônomos, condena esse método. Abravanel também.⁵⁶ Consciente de que isso leva a um endividamento crescente dos colonos, ele pede adiantamentos à ICA, de modo a assegurar sua subsistência até que os produtos da terra lhes tragam recursos.⁵⁷ Ele recebe as primeiras ameaças de deixarem a colônia se eles precisarem comer pão de farinha de milho em vez de farinha de trigo.⁵⁸

No segundo ano, 1906, a seca foi ainda mais pavorosa.⁵⁹ A situação é tão grave que as sementes são fornecidas pelo governo federal.⁶⁰ E o governador Abbott visita as colônias do Estado para se inteirar da situação. Temem-se os saques que ocorrem nas redondezas. O engenheiro Gustave Vauthier pensa em acelerar certos trabalhos da *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer* para oferecer emprego aos colonos.⁶¹ Grande decepção de Maurice Abravanel por não ter rece-

bido os recursos da ICA. Numa argumentação de quatro páginas, ele defende admiravelmente os colonos.⁶² A ICA não é uma sociedade beneficente, ele sabe disso, mas os colonos acumulam dissabores. Carestia da vida e inflação causam estragos.

A ICA finalmente decide intervir:

A fim de melhorar essa situação, o Conselho decidiu aumentar seu lote, de modo que cada família de cultivador disponha de uns cinquenta hectares. Ele concedeu créditos para o aumento do gado de criação e para que eles se dedicassem tanto à cultura da terra como à criação de animais e, graças a esse duplo recurso, melhor pudessem assegurar sua situação.⁶³

No terceiro ano, 1907, o tabaco, vindo da Besarábia, dá resultados satisfatórios. E o milho, “verdadeira cultura do país”, também. Fazem-se tentativas de vinhas. Apesar disso, Abravanel deplora os três anos sem colheitas corretas.⁶⁴ Os colonos exigem poder recorrer à queimada, defendida pelos agricultores vizinhos, que parece dar resultados em todos os lugares. Diante dessas evidências, Abravanel cede e acaba por obter ganho de causa junto a Paris. Novas terras são adquiridas. A perfuração de um poço está decidida.⁶⁵

“Só então, já para o terceiro ano, quando a amargura se avizinhava do desespero e a desiludida mocidade começou a abandonar a colônia para buscar a prosperidade na cidade, foi que a YCA decidiu suspender sua interdição.” (SCHWEIDSON, 1985, p. 31) E a primeira safra feita segundo o método de queimadas é então abundante. Os colonos não se enganaram de querer seguir os conselhos dos autóctones. Isso enfim bem encaminhado, anuncia-se uma estranha nuvem negra vinda de longe, abate-se sobre as plantações, faz uma ver-

dadeira devastação: os gafanhotos. Das plantações e das hortas nada sobra.⁶⁶

Ainda que a colônia esteja “um pouco no estado embrionário”, é somente a partir de 1909 que tudo entra pouco a pouco nos eixos, tanto o clima como as colheitas.⁶⁷ Mas a época de verdadeiros obstáculos está encerrada. E, mesmo que outras dificuldades surjam, a vida nas lavouras pode enfim seguir seu curso normal.

OS PROBLEMAS DO COTIDIANO

Falta de médico

A saúde pública não foi nada boa desde o início; como se podia esperar, os colonos da Rússia transportados para um clima pouco parecido com o seu tiveram de sofrer as consequências dessa mudança. Eles tiveram principalmente ataques de bócio (...). Infelizmente, não havia serviço médico, e os doentes eram obrigados a ir se tratar no hospital de Santa Maria, o que era ao mesmo tempo penoso e custoso.⁶⁸

Um colono disse ter saído mais doente do hospital do que quando entrou por causa das despesas do tratamento e do deslocamento! Abravanel faz, junto à ICA, o pedido de um *feldscher* (farmacêutico/médico), para pôr fim a essa situação.⁶⁹

Acrescentemos a isso as mordidas de cobras, as ameaças de tuberculose, de difteria, assim como a escarlatina, que atingem as crianças, e matam. A varíola, relatada no Rio Grande do Sul, por causa da qual um pedido de vacinas é feito a Buenos Aires. A peste bubônica se alastra em Santa Maria em 1908, seguida da febre tifoide. Lamentam-se mais de cem casos, e os colonos são convidados a não ir à cidade. Ninguém é atingido.

Falta de escola

Ela foi prometida, ela faz parte dos compromissos assumidos pela ICA na Bessarábia. Falta de mestre-escola, falta de aulas. E isso até 1908.

Quando da fundação da colônia, construiu-se uma casa de tábuas para servir de escola, mas ela foi rapidamente transformada em sinagoga. (...) A necessidade de fundar uma escola em Philippon é urgente, mas é indispensável que o professor saiba, desde sua chegada à colônia, o português e o ídiche.⁷⁰

Durante meses, anos até, a ICA não encontra um professor com esse perfil. O *shochet*, açougueiro ritual, preenche o papel de mestre de hebraico, os mais velhos asseguram precariamente a instrução dos mais jovens, até que o contador de Abravanel, Jacques Stourdézé, improvisa de professor, mas ele se cansa da tarefa e renuncia. Os colonos se ressentem muito dessa falha da ICA.

Falta de rabino

Encontrar um que queira fazer a viagem e permanecer em plena roça não é fácil. Felizmente, o *shochet* tem um irmão rabino, originário da Ucrânia, que ele convence a vir para a colônia, solucionando rapidamente o problema.⁷¹ Um drama tornou-se célebre nos anais: o desaparecimento da Torá, roubo não elucidado até agora. Desconfianças pesam ainda! Foi preciso mandar buscar uma nova em Hamburgo.

Os diretores se sucedem, mas não se assemelham

Citada por Cazès como causa de conflitos, essa sucessão muito rápida de diretores, implicando ma-

neiras de proceder e temperamentos diferentes, não é estranha a muitas hesitações e quiproquós, a muitos desapontamentos. Adaptar-se a orientações novas, até mesmo contraditórias, revela-se desconcertante para os colonos. O agrônomo Eusèbe Lapine, totalmente exaltado a julgar pelo tom de sua correspondência, é uma espécie de visionário, sem dúvida utopista: “Aqui, eu farei brotar trigo.” Ele estava destinado a ser o primeiro diretor da colônia. Ele teria provavelmente comunicado seu entusiasmo, mas, doente, ele retorna à Europa às vésperas da chegada dos colonos.

David Hassan, do escritório de Buenos Aires, é designado para substituí-lo de improviso. Ele se conforma às ordens, mas, também segundo o tom de sua correspondência, com pés de chumbo. Ele faz julgamentos incisivos: “Essa gente é pior do que crianças ou, pelo menos, ela age como tal,” ou ainda: “Esse grupo (o terceiro) não me causou boa impressão”. Ele acusa os colonos de levar um estilo de vida superior a seus meios e deplora suas exigências sem limites.⁷² No decorrer dos seis meses que ele passa na colônia, comete inúmeros erros táticos. Resultam deles consequências: a cada descontentamento dos colonos, ele os incita a assinar uma petição, que ele diz encaminhar à sede da ICA em Paris, fugindo assim das suas responsabilidades. Não há nenhum sinal dessas petições nos arquivos. Maurice Abravanel, que lhe sucede, se queixará do procedimento.⁷³ Desde sua chegada, Abravanel herdará uma situação extremamente tensa.

Sempre preocupado com que “seus” colonos saldem o mais rápido sua dívida, Abravanel intercede por eles, com assiduidade, perante a ICA. Dois anos consecutivos de seca, isso não é uma sinecura quando se começa a conhecer o caráter desses colonos! Ele deve enfrentar as primeiras partidas de jovens para diversas cidades, o que ele não aceitar, se bem que ele concebe que “abandonar o campo

pela cidade, é uma consequência fatal”.⁷⁴ Em 1908, ele deixa a colônia, exausto. E é substituído por Adolfo Leibowitz, chegado da Argentina em 27 de janeiro.⁷⁵ Encarregado pela ICA da compra de novas terras para a fundação de outra colônia no Estado do Rio Grande do Sul, Leibowitz se dedica a isso e está frequentemente ausente. Tem um assistente, com quem a “corrente” não passa. Sob a administração de Leibowitz, mudanças e reviravoltas ocorrem: saída de várias famílias, algumas para reencontrar parentes na Argentina; chegada de colonos da Argentina, não-bessarábios, frequentemente descontentes com sua condição e esperando encontrar algo melhor em Philippon; admissão de pessoas exercendo profissões urbanas. Diferenças sociais e culturais instalam-se e perturbam a homogeneidade do grupo. O rosto da colônia muda.

Satisfações e felicidade

As risadas não param de ressoar, principalmente nos escritos de Schweidson e Alexandr’, que as registram e evocam com paixão o cotidiano da colônia. A claridade do amanhecer, a algazarra dos pássaros no ar, o cheiro da grama úmida ou da fumaça do vizinho. O mugido de uma vaca. Os fios do telégrafo que cantam ao longo da via férrea. O apito do chefe da estação, grande amigo das crianças. O sabor de uma fruta roubada no caminho (ou de preferência no quintal da administração!). As moças trançando o cabelo na soleira de suas casas e sob o olhar travesso dos moleques. As cavalgadas através dos campos em direção ao horizonte arqueado. A colônia adormecida. Os cães inquietos, que latem no meio da noite.

E, ao entardecer, as sombras que convergem para a sinagoga num passo apressado e vacilante devido às protuberâncias do terreno vão desejando-se um bom *shabat*.

Ao redor do templo, árvores seculares entrelaçadas por grossos cipós e dos quais pendiam longas franjas espumosas e esbranquiçadas, lembravam velhos judeus de barba grisalha, enfeitados de mantas de folhagem verde, à espera, através dos tempos, da realização dos sonhos milenares. (ALEXANDR’, 1967 p. 21)

Alí se observam com fervor as festas religiosas que marcam o ano. Ali a comunidade se encontra em diversas ocasiões, como quando da passagem do cometa Halley, em 1910.

Pouco a pouco, o pássaro constrói seu ninho

E a solução de vários problemas é motivo de alegria. A chegada do mestre-escola ocorrerá em junho de 1908.⁷⁶ Uma nova casa abrigará as salas de aula. A inauguração para 65 alunos será marcada por festejos. Léon Bach ministrará aulas noturnas para adultos e adolescentes.⁷⁷ Ele é adulado. Infelizmente, ficará pouco tempo, mas os professores seguintes deixarão igualmente uma forte impressão, desempenhando um papel muito importante para a união da comunidade: finalmente dá-se lugar ao estudo.

Conforme instruções da ICA, os alunos, quase todos nascidos na Europa, deviam ser educados como brasileiros. Por isso a escola seguia os programas e adotava os livros dos estabelecimentos públicos. Na escola, só se era admitido o uso da língua portuguesa, com exceção do hebraico, ensinado nas aulas de instrução religiosa. (NICOLAIEWSKY, 1975, p. 47)

Precisemos: outras colônias, principalmente alemãs, foram obrigadas a aderir ao programa escolar oficial somente a partir de 1937. A ICA foi feliz na escolha dos professores enviados à colônia e no

tipo de ensino dado. “O único e louvável acerto foi na seleção de professores.” (SCHWEIDSON, 1985, p. 50)

Outro motivo de satisfação, a chegada do médico-*feldscher*, que desembarca em julho de 1906 com os dez membros de sua família.⁷⁸ O “doutor russo”, Boris Wladimirski, originário de Odessa, é um homem “imponente, marcial”, a quem havia sido concedido o privilégio, raro nesses tempos de antissemitismo, de servir durante cinco anos no exército russo, onde, devido às suas qualidades, médicos militares lhe haviam permitido estudar farmácia (ALEXANDR’, 1967, p. 29). Figura de destaque, ele será o amparo não somente dos colonos, mas também de todos os agricultores das redondezas. Aqui também, a ICA achou o homem certo.

A criação de uma cooperativa foi uma iniciativa feliz: “Os colonos constituíram uma sociedade cooperativa com dois serviços, um armazém de compras e uma pequena caixa de empréstimos, que “visavam desvincular pouco a pouco o colono da tutela da Sociedade.”⁷⁹

Além do mais, o administrador, querendo mostrar pela experiência as vantagens que os colonos poderiam usufruir de uma instituição cooperativa de consumo, abriu (...) uma loja de abastecimento, comprando no atacado os principais artigos de consumo nas grandes cidades ou nos locais de produção e vendendo-os a preço de custo aos colonos, proporcionando-lhes uma economia de 20 a 40%.⁸⁰

Os lucros da loja cobrem as despesas da comunidade

A instalação de uma leiteria, que funciona graças à boa vontade de dois jovens rapazes, enviados antes à cidade de Bagé para fazer um estágio, é tam-

bém bem-vinda.⁸¹ Em novembro, são produzidos 1.200 galões de leite por dia. Os laticínios, o queijo magro fabricado com o coalho e a manteiga são vendidos a Santa Maria pelos jovens.

Outro motivo de satisfação: a inauguração dos banhos, para a construção dos quais Abravanel recebe, em janeiro de 1906, um crédito.⁸² Os próprios colonos vão propor o pagamento de uma contribuição pessoal e anual afim de, com o tempo, se tornarem proprietários. Uma construção de alvenaria é erigida próxima a uma represa natural do rio para o banho dos homens (à qual faltam ainda recursos para acrescentar uma caldeira e as instalações rituais). As mulheres banham-se rio acima, protegidas do sol e dos indiscretos por espessas folhagens.

A construção do moinho será bem recebida. Os colonos devem percorrer quilômetros para moer seu trigo. Como os recursos para um moinho hidráulico ou a vapor não chegavam, dois colonos empreendedores, B. Wolf e M. Chassavomeister, decidem construí-lo e explorá-lo por conta própria.⁸³ Ele será a tração animal. “Esses associados construíram um moinho para o qual era trazido o trigo colhido nas colônias (vizinhas) anteriormente moído em Val de Serra.” Pela primeira vez, um colono toma a iniciativa de endereçar, por escrito e diretamente à ICA, sua proposta.

Os bailes das grandes ocasiões oferecem uma oportunidade de diversão e regozijo. Quando ocorre um casamento, a passagem de um enviado da ICA ou de uma autoridade local, os colonos judeus ficam felizes de recebê-los e têm a reputação de saber fazê-lo. Abre-se a grande sala da escola, afastam-se carteiras e cadeiras, penduram-se lanternas chinesas. Toda a juventude está presente. “Pelas estradas empoeiradas, grupos alegres de moças e rapazes vinham sobraçando seus trajes para a festa e que somente seriam vestidos em casa de amigos que mo-

ravam nas cercanias, pouco antes de o baile começar.” (ALEXANDR’, 1967, p. 33) As jovens enfeitam-se com as joias de suas mães. Os homens, elegantes, vão receber os convidados de honra que chegam de charrete, mas também os camponeses e fazendeiros das redondezas. Sem esquecer o chefe de polícia, encarregado de abrir o baile com sua esposa.

Pequenas alegrias do dia a dia

A começar pelas reuniões ao redor do forno russo, feito de barro e tijolos, cuja plataforma servia de fogão.

(...) Só funcionava duas vezes por semana. Às quartas-feiras para cozer o pão e às sextas-feiras para receber e guardar, depois de superaquecido, as refeições para o sábado (...), um grosso tampo encostado à boca do forno vedava a evasão do calor.

O forno filipsonense antecipou, exatamente às avessas, o moderno refrigerador. Sábado foi sempre um dia santificado em Filipson. Ninguém trabalhava, nem mesmo os peões (diaristas *góis*).

Ninguém montava a cavalo. Ninguém fumava. O simples ato de acender um fósforo representava uma infração. Daí o inestimável serviço prestado pelo forno. (SCHWEIDSON, 1985, p. 18)

É lá também que se fazem doces e salgados que lembram o país de origem. Quantas alegres tagarelices junto ao forno que surpreende os autóctones!

É preciso também evocar os ajuntamentos na estação ferroviária (SCHWEIDSON, p. 47). O trem, cujo apito dá o ritmo à jornada de trabalho e cuja passagem, duas vezes por dia, é esperada com impaciência: ele traz o malote postal e os jornais da Rússia e dos Estados Unidos, onde os colonos têm parentes. A estação ferroviária, à noite, torna-se o lugar

de encontro dos jovens, e os mais idosos ali trocam ideias sobre a política e os trabalhos agrícolas.

E como esquecer as noitadas? Visitam-se uns aos outros. Toca-se gaita, acordeão, de ouvido, “a música e a poesia viviam dentro deles”. Uma vizinha de espírito jovial vem contar histórias de fadas e de bruxas que fascinam a imaginação da criança. Uma jovem lê dois ou três capítulos de um romance emprestado aos alunos “pelo bibliotecário da escola, o jovem Ide-Leib Averbruch, rapaz culto e muito simpático, que era adorado como um ídolo”. (ALEXANDR’, 1967, p. 131).

Outro motivo de alegria: a volta dos filhos pródigos. Os jovens que cedo deixaram a colônia, seja para trabalhar na cidade ou num canteiro de obras da estrada de ferro, seja para cursar estudos secundários, às vezes deixam seus pais sem notícias durante meses. Na sua volta, com ou sem dinheiro no bolso, chegam sempre com uma grande quantidade de presentes, e é carne de caça, apanhada com corda ou com funda, que é servida (ALEXANDR’, 1967, p. 78). As noitadas são então intermináveis: o jovem é bombardeado de perguntas sobre a vida urbana.

A vida segue seu curso:

a instalação de novos colonos

Assiste-se a casamentos entre filhos de colonos. Os novos casais são instalados, conforme previsto, em lotes separados e com os mesmos direitos que seus pais (terreno financiado, ferramentas, gado).

O número de estabelecimentos de colonos que era, no fim de 1904, de 37, contando 267 pessoas, aumentou em 4 emigrantes que nós instalamos nas mesmas condições. Além disso, nós os separamos de seus pais e estabelecemos à parte quatro filhos de colonos cujas famílias eram muito grandes para o terreno de que elas dispõem.⁸⁴

A propaganda corre o mundo: “Um bom número de colonos recebem cartas de seus parentes da Rússia, pedindo informações.” Os novos candidatos, que se apresentam via comitê da ICA em São Petersburgo, devem prestar provas. Eles são alojados seja na casa de parentes, seja numa granja. Se ficar provado que são bons trabalhadores, poderão ficar, mas sem as vantagens dos pioneiros: só serão locatários de um lote e construirão eles mesmos suas casas.⁸⁵ Ou então, caso pouco comum: eles chegam de “algibeira cheia”, com fundos próprios para comprar seu terreno à vista. Todos devem esperar a autorização de Paris para se estabelecer. Segundo os relatórios, a colônia nunca contará muito mais de 45 colonos (chefes de família) e 300 pessoas.

A “grande família brasileira”

No final de 1908, a inscrição no registro do estado civil é considerada por Leibowitz, que constata que os colonos estão fora da lei.⁸⁶ Na qualidade de colonos agrícolas e tendo trabalhado durante dois anos seguidos na mesma colônia, eles têm, segundo a legislação concernente à imigração, direito à nacionalidade brasileira. “Do vilarejo de São Martim, um tabelião vinha a cavalo ver quem nascia e quem morria. Mas ele bebia, é assim que ele inverteu algumas datas de nascimento. Minha irmã, nascida depois de mim, recebeu minha data de nascimento, e eu a dela. Isso permanecerá assim até em nossos túmulos!”⁸⁷ E aproveita-se para adotar um nome português, ou seja, pronunciável.

Em outros aspectos, os colonos e, principalmente, seus filhos maiores já estão “abrasileirados”! Montar a cavalo é um dos primeiros critérios da integração. Para os rapazes, é uma questão de honra se tornar excelentes cavaleiros.

Poucos anos mais tarde, moços feitos, acompanhados de amigos brasileiros, em trajes gauchescos, montando fortes cavalos e conversando em português, galopavam prazerosamente até o rio Ibicuí, para apreciar sua beleza e mergulhar em suas águas. Efetuara-se a integração dos imigrantes que vieram para ficar. (NICOLAIEWSKY, 1975, p. 46)

Nos campos,

pouco a pouco foram, igualmente, adaptando a indumentária ao trabalho e ao clima. Chapelões de palha, tamancos, e calças de cassineta substituíram, especialmente para os moços, as boas roupas europeias. Muitos acabaram aderindo, com entusiasmo, ao churrasco e chimarrão. (SCHWEIDSON, 1985, p. 28).

Quanto à alimentação, devem se acostumar a essa farinha de mandioca que acompanha todos os pratos, a esse feijão preto que se torna essencial. Mas o toucinho, a banha, estão em todos os lugares... “Eles, judeus, jamais tocariam em porcos. Por mais fabulosa que fosse a sua renda. Só em vê-los já sentiam uma real contração no estômago. Um arrepio na sensibilidade religiosa.” (SCHWEIDSON, 1985, p. 12) Mas, apesar disso, como resistir a uma derrubada de novilhos, uma pescaria, ou até a uma boa feijoada, organizadas no sábado pelos vizinhos, os “cristãos”? (SCHWEIDSON, 1985, p. 94-95). Se os jovens se permitem esse tipo de infração, o repouso do *shabat*, em contrapartida, é imposto à vizinhança pela força das coisas: como não há atividade na colônia, os que dela dependem só têm de tirar uma folga. A integração é tal que “(...) Luís entusiasmou-se pelo futebol, ingressou num dos clubes da cidade de Uruguaiana, tornando-se conhecido com o nome de Turquinho e abandonou por completo os estudos” (ALEXANDR’,

1967, p. 79). Ele fez carreira nesse esporte para desgosto dos pais, mas para a maior alegria de seus jovens torcedores judeus.

Numerosas relações e amizades entre cristãos e judeus resultaram dos contatos com os imigrantes das redondezas e perduraram por muito tempo, diz Nicolaiewsky, que acrescenta: “Foram evoluindo lentamente os israelitas, passando a exercer as mais variadas funções, perfeitamente integrados na vida nacional.” (NICOLAIEWSKY, 1975, p. 51) “De formas diversas iam os israelitas contribuindo para o progresso da região.” (NICOLAIEWSKY, 1975, p. 38) Além do mais, “Religião, para o gaúcho, não era levada em conta. (...). Nascido em Philippon, convivi, desde a minha mais tenra infância, com meninos judeus e cristãos. Nas constantes brincadeiras e brigas, jamais ouvi uma palavra marcada de preconceitos.” (SCHWEIDSON, 1985, p. 26)

Ao escolher o Brasil como país de acolhimento – país onde é favorecida a mistura de populações, de raças, de religiões e, principalmente no Sul, a de novas ideologias importadas pelos imigrantes europeus –, a ICA acertou em sua aposta.

Voar com suas próprias asas

Em fins de 1908, num extenso relatório, Leibowitz permite-se afirmar:

Em uma palavra, a colônia entrou num período florescente, de tal modo que se pode afirmar que os colonos estão agora em estado de bastar-se a si próprios. Mesmo que essa colônia deva sempre dar mais importância à indústria leiteira, só podendo praticar a agricultura em pequena escala.⁸⁸

Sobre esse último ponto, ele se equivoca também: a agricultura atingirá grandes proporções.

Trata-se agora, para os colonos, de assinar o contrato de compra definitivo de seu lote, dedução feita do depósito efetuado na Rússia. É chegada a hora de reembolsar as dívidas, e a colônia o faz sem demora. Pode se compreender que a ICA tenha dado aos colonos a impressão de serem deixados por conta própria, entregues à própria sorte. Entretanto, se nos debruçarmos mais atentamente sobre sua ação, não foi nunca por falta de boa vontade, mas antes por um excesso de rigor e por falta de psicologia, de tato.

Os descendentes evocam, ao mesmo tempo e de modo contraditório, o fiasco da ICA e a sorte que eles têm de estar ali. Eles fazem com frequência uma amálgama com o que se conta sobre outros tipos de colônias implantadas no Sul do país, amálgama que explica, em parte, que, ainda hoje, entre lágrimas e risos, eles evocam as condições de vida sofridas por seus avós. Por outro lado, eles consideram que a meta da ICA era de fixá-los à terra, que ela lhes devia dar assistência a todo momento. Porém, como explica muito bem Dominique Frischer, a meta da ICA era arrancá-los da Rússia, de uma vida em perpétuo perigo, e de colocá-los lá onde seria reconhecida sua profissão de agricultores, as colônias constituindo uma etapa possível para novos voos.⁸⁹ A ICA visava associar os colonos à sua obra, que não era uma obra de caridade, mas uma obra construtiva de futuro. Pode-se certamente falar de falta de habilidade da ICA, mas e de derrota? Para a pergunta “ao deixarem a Besarábia, os antepassados de vocês ganharam com a troca?”, a resposta é um sim unânime.

No decorrer do ano 1926, José Pontremoli, último professor com função de diretor local (a direção das colônias brasileiras havia sido transferida para a colônia Quatro Irmãos desde 1911), é encarregado, pela sede de Paris, de encerrar as principais atividades da ICA na colônia Philippon.⁹⁰

Tendo todos quitado suas dívidas, os colonos, na sua grande maioria, vão se espalhando. Os que permanecem são totalmente independentes. Missão cumprida, diria provavelmente Pontremoli. Em um pouco mais de vinte anos, dezenas de famílias judias escaparam do destino que os decretos dos czares reservavam a elas, das duas revoluções russas e da Primeira Guerra Mundial. Elas se emanciparam, integradas na vida de sua nova pátria sem jamais, portanto, renegar ou esquecer suas origens, sua identidade. Ante a pergunta “você se sente brasileiro?”, Isaac Axelrud pensa um pouco antes de responder:

Os brasileiros consideram-me como um dos seus. Eu vivo do mesmo jeito que eles. Eu os recebo em minha casa sem formalidades (com camiseta, short e chinelos de dedo)! Já na colônia, tínhamos muito boas relações com a vizinhança, com os nativos. Ninguém sabia o que era um judeu. (...) Minhas melhores lembranças são da convivência (...). Nos costumes, há pequenas diferenças. Na maneira de pensar, há algumas diferenças. De verdadeiramente brasileiro, não tenho muita coisa. Cada um permanece do seu país de origem. No fundo de mim, sei que sou outro...

BREVE CRONOLOGIA

- 1882 Publicação de leis restritivas e discriminatórias aos judeus do Império Russo.
- 1891 Criação da *Jewish Colonization Association* (ICA) por Maurice de Hirsch.
- 1894 Inauguração da linha ferroviária Santa Maria-Cruz Alta na província brasileira do Rio Grande do Sul, construída pela *Compagnie (belga) de Chemins de Fer Sud-ouest Brésiliens*, da qual Franz Philippon é administrador.
- 1902 Compra pela ICA de 5.767 hectares de terras ao longo dessa via (município de Pinhal), perto de Santa Maria. A futura colônia recebe o nome do vice-presidente da ICA, Franz Philippon.
- 1903 Pogrom em Kishinev, capital da Bessarábia. Inscrição e seleção dos candidatos à partida após uma formação em agricultura assegurada pela ICA.
- 1904 Chegada e instalação de três pequenos contingentes de colonos (37 famílias, 267 pessoas) às terras de Philippon.
- 1905 Construção de uma sinagoga e de uma escola. Primeiros anos difíceis: seca e invasão de gafanhotos.
- 1908 Chegada à colônia do primeiro professor enviado e formado pela ICA, dispensando o ensino brasileiro.
- 1909 Primeiras partidas de colonos que vão se instalar nas cidades vizinhas. Partida de adolescentes que vão cursar seus estudos secundários na cidade.
- 1911 Início, no Rio Grande do Sul, da colônia Quatro Irmãos (92.000 hectares), que acolherá numerosos refugiados da Primeira Guerra Mundial.
- 1923 Perturbações políticas na região.
- 1926 A ICA encerra suas atividades em Philippon; os colonos tornam-se totalmente independentes. Uma fazenda, uma barragem hidrelétrica, uma estação balneária construída às margens de um lago artificial, um arsenal e uma brigada militar dividem hoje as terras da antiga colônia Philippon.

NOTAS

1 Uma versão anterior deste texto foi publicada por Evelyne Heuffel: "Phillipson: une colonie juive exemplaire?". *Les Cahiers de la Mémoire contemporaine*, Revue d'Histoire des Juifs em Belgique, n. 10, 2011. A tradução e publicação do texto na revista *WebMosaica* foram autorizadas pela autora, o qual foi remetido por correio, da Bélgica, em 21/03/2012.

2 A autora preservou a ortografia da época nos documentos transcritos. Assim, Philippon virou "Filipson" após a reforma ortográfica de 1933.

3 Nascida em 1906 na colônia, Frida Alexandr' foi a primeira a publicar suas lembranças e impressões de infância.

4 Arquivo Histórico Municipal da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS).

5 Nos seus escritos, em várias oportunidades, J. Schweidson (Isaac Schwedsky) diz que nasceu na colônia. Entretanto, seu nome figura no primeiro recenseamento como criança de dois anos.

6 A Associação é designada pelas siglas JCA, YCA e principalmente ICA, forma corrente que manterei aqui (sobre a ICA, ver nota abaixo).

7 Arquivos da *Alliance Israélite Universelle*, Paris, AIU/ICA, Brésil, 1.1, carta de E. Lapine, endereçada à sede da ICA em Paris, datada de 8/10/03, em que são detalhadas as despesas de instalação e de material para cada colono (a viagem de trem de Rio Grande à colônia custará 80.000 réis por família, fora as gratuidades), assim como a carta, datada de 31/8/1904, de D. Hassan para a ICA. Toda a correspondência citada provém do arquivo da AIU, classificado: ICA, Brésil, 1.1.

8 Os pioneiros da primeira hora, chegados em agosto e outubro de 1904, são: Akselrud (três famílias), Averbuck (duas famílias), Burd, Chaiut, Druch, Goldman, Groissman, Lifschitz, Nicolaievsky, Nudelman, Rosenberg, Russovsky, Satkovitch, Schneider (três famílias), Schwedsky, Seligman, Silbenberg, Slipak (acompanhado de Gruspaum), Soibelman, Steinbruck (duas famílias, entre as quais o rabino), Stifelman, Teitelroit, Waissman, Wolff, Zelmanovich. Essa lista, obtida por recorte entre vários autores, pode

conter inexatidões. A grafia dos nomes varia conforme cada autor.

9 Elas só serão demarcadas entre 1900 e 1912 pela mediação do Barão de Rio Branco, diplomata, ministro das Relações Internacionais, que as negociou, por assim dizer, quilômetro por quilômetro com certos países limítrofes, sob a arbitragem dos Estados Unidos.

10 Esse autor comenta em detalhe a economia do Estado, município por município.

11 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 28/7/1905, e outros documentos: a ICA quer uma colônia modesta.

12 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de Lapine, de 23/6/1903. A gratuidade da passagem do porto europeu até o de Rio Grande foi aparentemente negociada por Lapine perante o governador Abbott. Por outro lado, para trazer os colonos oficialmente recrutados, o governo brasileiro fretava regularmente navios da *Hamburg Südamerikanische Dampfschiffahrts Gesellschaft* (tais como o *Paranaguá* e o *Desterro*, nos quais embarcaram os dois primeiros contingentes de colonos desde os portos de Kiel e Hamburgo respectivamente).

13 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 20/02/1906. Arquivos da Aliança Israelita Universal, Paris, AIU/ICA, Brasil, 1.1,

14 Balanço anual de 31 de dezembro de 1897.

15 A respeito de Franz Philippon ler notadamente: ALLÈGRE, Ch. *Franz Philippon, banquier: 1871-1914* (trabalho de mestrado), ULB, seção de história, 1997-1998; SCHREIBER, J.-Ph. *Politique et Religion. Le Consistoire Central Israélite de Belgique au XIXe siècle*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1995, p. 114-115, 198-199; SCHREIBER, J.-Ph. F.M. Philippon. In: G. Kurgan – S. Jaumain – V. Montens (Eds). *Dictionnaire des patrons en Belgique*. Louvain: 1996, p. 506-508; SCHREIBER, J.-Ph. *Dictionnaire biographique des Juifs de Belgique: figures du judaïsme belge. XIX e -XX e siècles*. Bruxelles: 2002, p. 276-281.

16 Balanço de 31 de dezembro de 1900.

17 Ver DIAS (1986, capítulos 4 e 5) e LASSANCE (2ª parte)

- 18 AIU/ICA, Brasil, 1.1, relatórios de F. Nonnenberg a F. Philippon, de 11/01/1902 e 15/01/1902.
- 19 AIU/ICA, Brasil, 1.1, relatório de G. Vauthier a F. Philippon, de 8/10/1902.
- 20 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de E. Lapine, de 26/07/1905.
- 21 AIU/ICA, Brasil, 1.1, cartas de M. Abravanel, de 18/06/1905 e de 28/07/1905.
- 22 Atos do governo, Decreto nº 655, Arquivos do 1º Regimento de Cavalaria, Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Maria. Essa brigada militar alugou em 1929 e depois comprou em 1933 um terço das terras da colônia para apascentar aí seus cavalos.
- 23 Exigência da legislação brasileira de colonização, Lei nº 28, art. 76.
- 24 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de E. Lapine, de 8/10/1903.
- 25 AIU, relatório anual da ICA, ano 1905 relativo a 1904.
- 26 AIU, relatório anual da ICA, ano 1906 relativo a 1905. Esses relatórios estão de acordo com a correspondência dos diretores, e os fatos relatados são geralmente confirmados por outros documentos locais.
- 27 Entrevista concedida à autora, em 2008 por Rosa Barasz Bronstein (nascida em 1916 na Bessarábia e falecida em 2010). Rosa Barasz nunca emigrou para o Brasil, mas foi uma grande figura entre os judeus russos de Paris.
- 28 Entrevista concedida à autora em 8/12/2007 por Abraão (também chamado Isaac Axelrud/Ackeselrod (86 anos, nascido na colônia de Santa Maria).
- 29 AIU, relatório anual da ICA, ano 1902 relativo a 1901.
- 30 AIU, relatório anual da ICA, ano 1905 relativo a 1904.
- 31 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 24/10/1906.
- 32 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de O. Leibowitz, datada de 27/11/1909 em Quatro Irmãos.
- 33 AIU, retomado no relatório da ICA, ano 1908 relativo a 1907.
- 34 Arquivos do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre: Chouraqui, carta anexa nº 834, Londres, de 11/01/1960, p. 4.
- 35 AIU/ICA, Brasil, 1.1, cartas de D. Hassan, respectivamente datadas de 31/08/1904 e de 12/09/1904.
- 36 A supracitada legislação brasileira sobre a colonização só favorece os imigrantes agricultores ou os que se destinam à agricultura.
- 37 Entrevista supramencionada com I. Axelrud, fatos longamente evocados.
- 38 Entrevista supracitada. I. Axelrud fala aqui de Boris Wladimirsky, *feldscher*, chegado mais tarde, em julho de 1906.
- 39 Retomado por Khalili em 2010 em <http://www.shtetlinks.jewishgen.org/philippson/resources.html>. Do lado dos homens, 12 chefes de família em 37 têm menos de 40 anos, todos os outros possuem uns quarenta anos, com exceção de 10 que têm 50 anos ou mais, dos quais seis com mais de 55. Arrolam-se 162 mulheres e crianças.
- 40 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de E. Lapine, 12/06/1903.
- 41 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, 22/05/06.
- 42 Entrevista supracitada com Isaac Axelrud, Santa Maria, 8/12/2007.
- 43 AIU, relatório anual da ICA ano 1905 relativo a 1904.
- 44 AIU/ICA, Brasil, carta de M. Abravanel, de 27/03/1905.
- 45 David Cazès, em seu relatório, retomado pelo relatório anual da ICA, de 1908, relativo a 1907.
- 46 *100 anos de amor*. A imigração judaica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Centenário/FIRG, 2004, p. 102.
- 47 Arquivo Histórico Municipal da cidade de Santa Maria, RS. *O Estado* de 10/08/1904 e *O Combatente* de 11/08/1904.
- 48 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de Abravanel, de 30/05/1905.
- 49 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de Hassan, de 19/10/1904. Hassan é o único a expressar-se em inglês: "Special arrangements had been made at the hotel Veneza, a large deposit with wooden flooring was mad into a bedroom with extra beds etc. These families are very discontented with their treatment on board and were glad to leave this steamer."

- 50 Relatório de David Cazès após sua inspeção na colônia, retomado no relatório ICA, ano 1908 relativo a 1907.
- 51 AIU/ICA, Brasil, I.I, cartas de M. Abravanel, de 23/02/1907.
- 52 AIU/ICA, Brasil, 1.1, cartas de M. Abravanel, de 16/10/1905 e de 16/01/1906.
- 53 AIU/ICA, Brasil, 1.1, cartas de M. Abravanel, de 16/01/1906.
- 54 AIU/ICA, Brasil, 1.1, cartas de M. Abravanel, de 16/01/1906.
- 55 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 04/09/1905.
- 56 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 29/11/1905.
- 57 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 29/11/1905.
- 58 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 30/05/1905.
- 59 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 04/04/1906.
- 60 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 20/04/1906.
- 61 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 20/02/1906.
- 62 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 05/06/1906.
- 63 AIU, relatório anual da ICA, ano 1907 relativo a 1906.
- 64 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 26/01/1907.
- 65 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 29/01/1907.
- 66 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 05/01/1908 e F. Alexandr, 1967, pp. 175-180.
- 67 AIU, relatório anual da ICA, ano 1908 relativo a 1907.
- 68 AIU, relatório anual da ICA, ano 1906 relativo a 1905.
- 69 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 19/12/1905.
- 70 Relatório de David Cazès, retomado pelo relatório da ICA, ano 1908 relativo a 1907.
- 71 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 28/07/1905.
- 72 AIU/ICA, Brasil, I.I, cartas de D. Hassan, de 20/09/1904, de 12/10/1904 e de 12/09/1904, respectivamente.
- 73 AIU/ICA, Brasil, I.I, cartas de M Abravanel, de 13 e de 30/05/1905.
- 74 AIU/ICA, Brasil, I.1, cartas de M Abravanel, de 24/01/1906.
- 75 AIU/ICA, Brasil, I.1, cartas de M Abravanel, de 10/02/1908.
- 76 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de A. Leibowitz, de 23/06/1908.
- 77 Sobre Léon Bach, ver acima.
- 78 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de M. Abravanel, de 25/07/1906.
- 79 AIU, relatório anual da ICA, ano 1907, relativo a 2006.
- 80 AIU, relatório anual da ICA, ano 1906 relativo a 1905.
- 81 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de A. Leibowitz, de 1º/06/1908.
- 82 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de A. Leibowitz à ICA, de 10/02/1908.
- 83 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de A. Leibowitz à ICA, de 07/12/1908.
- 84 Relatório da ICA, ano 1906 relativo a 1905, p. 58,
- 85 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de Abravanel à ICA, de 06/11/1905.
- 86 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de A. Leibowitz, de 04/11/1908.
- 87 Entrevista já citada concedida para a autora por I. Axelrud, Santa Maria, em 08/12/2007.
- 88 AIU/ICA, Brasil, 1.1, carta de A. Leibowitz, de 21/06/1909.
- 89 D. Frischer, entrevista concedida à autora, em junho de

2010, assim como seu livro *O Moisés das Américas: Vida e obras do munificente barão de Hirsch*, Paris, 2002.

90 Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria – Arquivos pessoais contendo cópias-carbono de toda a correspondência de Pontremoli, endereçada à ICA.

REFERÊNCIAS

ALLEGRE, Ch. *Franz Philippon, banquier. 1871-1914*.

ULB, seção história, 1997-1998. (Dissertação de licenciatura).

ALEXANDR', Frida. *Filipson: memórias da primeira colônia judaica no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Fulgor, 1967.

Arquivos da *Alliance Israélite Universelle*, Paris, AIU/ICA, Brésil, 1.1, AIU, rapports annuels de la ICA, Paris.

BACH, L. "A imigração judaica". In: *Enciclopédia Rio Grandense*. Canoas: Regional, 1956.

LASSANGE DA CUNHA, E. A. *Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1908.

DIAS, J. R. de Souza. *Caminhos de ferro no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Rios, 1986.

FRISCHER, D. *Le Moïse des Amériques: vie et œuvres du munificent Baron de Hirsch*. Paris: Grasset, 2002.

LANGUENDONCK, M. Van. *Uma colônia no Brasil*. Florianópolis: Edunisc-Mulheres, 2002 (1ª ed. 1862).

NICOLAIEWSKY, E. *Israelitas no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: Garatuja, 1975.

POLACK, E. *Artisans e paysans du Yiddishland: 1921-1938*. Paris: Somogy/ Éditions d'Arts, 2006.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROZENBLUM, S.-A. *Le Baron de Hirsch: Un financier au service de l'Humanité*. Paris: Punctum éditions, 2006.

SCHREIBER, J.-Ph. *Dictionnaire biographique des Juifs de Belgique*. Figures du judaïsme belge. XIXe-XXe siècles. Bruxelles: 2002, p. 276-281.

SCHWEIDSON, J. *Judeus de bombachas e chimarrão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Recebido em 27/03/2012

Aceito em 11/05/2012